

## Coletivos feministas em instituições educacionais<sup>1</sup>

Julyana Vilar de França Manguinho (UFRN/ Rio Grande do Norte)

Elisete Schwade (UFRN/ Rio Grande do Norte)

Palavras-chave: gênero, educação, sexualidades.

As ideias e questionamentos sobre as diferenças de gênero estão sendo experienciadas e reivindicadas em amplas esferas sociais, seja nas redes virtuais, nas manifestações de rua ou em espaços educacionais, como escolas e universidades. É nesse contexto que se insere a pesquisa etnográfica, onde busco por meio da inserção em contextos educacionais acessar as práticas feministas que estão sendo desenvolvidas nesses cenários, enfatizando as trajetórias, experiências femininas e construção dos discursos e narrativas. O objetivo é perceber quais as concepções de gênero que estão sendo representadas, que são movimentadas por reflexões feministas, buscando abordar as estratégias de negociações que estão sendo construídas dentro do campo relacional e complexo, encontrando as possíveis tensões e contradições dentro desse universo. Assim o enfoque é dado na construção das agencialidades em campo, nos processos, dinâmicas e nas diversas dimensões conectadas com as pautas feministas contemporâneas. Com isso, pretendo dar voz as interlocutoras para que sejam evidenciadas questões sobre seus projetos, inquietações e “bandeiras”, dentro de uma perspectiva que interseccione noções sobre corpo, classe, raça e sexualidades, articulando com outros domínios, como os movimentos sociais feministas e o ativismo digital. A trajetória da pesquisa foi sendo estruturada nas redes educacionais, transitando por escolas, institutos federais e universidades na cidade de Natal/RN, destacando a inserção junto aos coletivos feministas que estão sendo estruturados em diversos ambientes educacionais, que buscam, dentre várias atuações, questionar valores e normas institucionais que evidenciam diferenças no tratamento entre alunas e alunos. Os debates sobre *assédio sexual e cultura do estupro* são importantes mobilizadores das discussões, operando como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

*disparadores* para novas formas de organizações. As análises e reflexões desencadeadas em campo sinalizam que é possível construir práticas de resistência as desigualdades de gênero nos espaços educacionais, apontando também que convenções sociais e discursos hegemônicos são reproduzidos e normatizados nos diversos contextos pesquisados.

## **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo descrever alguns desdobramentos observados durante a pesquisa etnográfica desenvolvida na cidade de Natal/RN, nos anos de 2016 e 2017, em instituições educacionais, tendo como proposta inicial lançar um olhar para as relações de gênero que são construídas e experienciadas nesses espaços sociais. Considerando que, os debates envolvendo as situações que envolvem as mulheres vem sendo construídos em diferentes contextos: nas redes sociais virtuais, nas manifestações de rua e nos ambientes escolares e universitários, entre outros. Essa dinâmica possui algumas particularidades, e uma delas é o protagonismo da mulher jovem ocupando esses contextos e recriando novas formas de reivindicações e empoderamento. A proposta então dessa pesquisa, é disparar reflexões e provocações sobre essas possibilidades de atuação e organização de narrativas sobre gênero e práticas feministas, em contextos educacionais e locais, buscando considerar o que é acionado por essas jovens para construir suas ações e representações sobre corpo, sexualidade e relações sociais, tomando valores e concepções feministas como influência e fonte de inspiração para suas experiências e vivências.

Por meio das reflexões suscitadas no campo, procuramos dar visibilidade as questões relacionadas as práticas que estariam próximas as pautas feministas em contextos educacionais, percebendo quais são as concepções de gênero que estão sendo construídas nesses espaços e quais as estratégias de negociações<sup>2</sup> são mobilizadas nas suas relações cotidianas. Serão apresentados dados etnográficos observados durante atividades promovidas pelas estudantes nos seus ambientes educacionais, articulados com diferentes coletivos, muitas vezes dialogados pelo ciberfeminismo<sup>3</sup>. Para adensar a

---

<sup>2</sup> “O fenômeno da negociação da realidade, que nem sempre se dá como processo consciente, viabiliza-se através da linguagem no seu sentido mais amplo, solidária, produzida e produtora da rede de significados” (VELHO, 1994: 22).

<sup>3</sup> “CiberFeminismo: uma corrente de pensamento, arte e crítica que nasceu no início da década de 90, arrebatando uma geração de feministas. O termo foi cunhado simultaneamente pela teórica cultural britânica Sadie Plant e pelo coletivo artístico australiano VNS Matrix em 1991, durante a ascensão da cibercultura – o movimento crucial em que a internet, uma tecnologia de conexão, estava adentrando a

reflexão sobre esses processos, destacam-se aqui situações que se organizam em torno de alguns acontecimentos ou assuntos centrais como *disparadores* das discussões sobre gênero, como por exemplo, as problematizações sobre *cultura do estupro*, que aparecem em diferentes momentos da pesquisa e suscitam a construção de novas narrativas e assuntos a partir desses temas. Bem como, a noção de *circulação de mulheres*, havendo constantes trocas de ideias e movimentações de discussões entre diferentes domínios educacionais e sociais, sendo articulados e conectados pela atuação das estudantes e ativistas.

Entende-se que as abrangências sobre protagonismo feminino e as práticas e organizações feministas precisam ser compreendidas por meio das inquietações e contestações sobre as desigualdades de gênero, investigando tal conceito através de duas perspectivas indicadas por Joan Scott (1995: 86) “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma de dar significado às relações de poder”. Além disso, como sugere Lia Zanotta Machado (2014: 19) “a análise das relações sociais e dos processos sociais, somente se faz quando se leva em conta as posições distintas dos sujeitos segundo o gênero, interseccionado com classe e raça/etnia, nas mais diferentes sociedades e contextos”, acrescentando também as referências as sexualidades, visto que, através dos dados de campo, será verificado que essa categoria está sempre sendo vinculada as percepções de gênero.

As inquietações sobre essa temática surgiram desde 2012 quando o grupo de pesquisa ao qual fazemos parte, o Gênero, Corpo e Sexualidades, ligado ao Departamento de Antropologia da UFRN, coordenou algumas atividades que tinham como proposta discutir questões relacionadas à gênero e diversidade nos ambientes educacionais. A partir desse contato, novas reflexões foram sendo construídas, surgindo então o interesse em aprofundar por meio de uma pesquisa sistematizada, temas, assuntos e inquietações observados durante as atividades do grupo nos espaços escolares. É importante destacar, que a nível local e nacional, as questões sobre gênero e sexualidades nos contextos educacionais passaram a ser ponto de disputadas políticas, favorecendo tanto a divulgação

---

esfera pública” (Claire Evans, 2017: 19). Para Carolina Ferreira (2015: 201): “ciberfeminismo pode ser definido como um conjunto de estratégias estético políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital. Essa noção foi bastante influenciada pela obra de Donna Haraway, do ciberpunk, e pelos contextos artísticos e ativistas em torno da internet. Sob esse guarda-chuva se aglutinaram diversos grupos e denominações: ciberfeminismo, tecnofeminismo, posfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, pospornografia e ativismo riot grrrl.

de discursos conservadores<sup>4</sup>, quanto a construção de novas possibilidades de articulação e organização de movimentos progressistas. Sendo justamente esse último, o enfoque dos dados que serão apresentados aqui nesse texto: buscando retratar como as estudantes estão construindo seus protagonismos nos espaços educacionais que estão inseridas. Para tanto, será descrito algumas considerações sobre um coletivo de estudantes feministas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

### **MIGA: Mulheres Independentes por uma Geração Autônoma**

O coletivo MIGA foi criado em 2013, segundo uma das informantes da pesquisa, no período da “Primavera Feminista”<sup>5</sup>, o número de integrantes não é fixo e suas atuações variam de acordo com a necessidade e o momento social que estão vivendo. Elas se reúnem de quinze em quinze dias numa sala de aula do instituto, geralmente o encontro é na hora do almoço, já que esse horário tem um número maior de adesão, uma vez que elas são de cursos diferentes e possuem compromissos também diferentes. A faixa etária é entre 17 e 19 anos, o que caracteriza as idades correspondentes ao Ensino Médio. A partir das reuniões, elas planejam atividades de intervenções, eventos, encontros, mobilizações, como também discutem textos ou assuntos de relevância para elas, como a questão do aborto, de relacionamentos abusivos, movimento escola sem partido, cultura do estupro. Em um dos encontros, com seis alunas participando, o tema escolhido foi prostituição:

- A prostituição é heteronormativa;
- Até que ponto elas fazem por necessidade?
- A maioria dos lucros vai para o cafetão. Tirando proveito do corpo delas.
- Não é por escolha, elas não têm opção.
- Eu penso em prazer para as mulheres, na prostituição não tem prazer;
- Que liberdade é essa, que você dá prazer e não recebe?
- A gente tá falando de mulher, mas tem também as meninas.

---

<sup>4</sup> Como o movimento em torno do que ficou publicamente chamado de “ideologia de gênero nas escolas”, que segundo José Fernando Amaya (2017: 152 e 153): trata-se de um contradiscurso criado para interpolar movimentações internacionais nas políticas de gênero e sexualidades, e promovido por uma variedade de setores que incluem a igreja, partidos conservadores e de direita, grupos nacionalistas entre outros, havendo uma integração entre o político, o pedagógico e o público.

<sup>5</sup> O termo “primavera feminista” é usado por algumas militantes, principalmente as que estão mais próximas aos movimentos organizados feministas, para designar o ano de 2013 como um ano de importantes reivindicações sobre as desigualdades de gênero e avanço do conservadorismo parlamentar representado pelo então Deputado Eduardo Cunha, especialmente as manifestações de rua que ocorreram em outubro de 2013.

- O pai ou a mãe falam para as meninas que elas precisam se casar com um homem rico. Colocando o futuro da mulher nas mãos de um cara, tirando autonomia delas.

- Elas não têm condições de estar em outro lugar, é um dinheiro alto e fácil.

- Nem sempre, *boy*<sup>6</sup>! Às vezes é só uma necessidade básica;

- Tem um padrão do corpo feminino, é uma tabela de preço! O homem diz quanto vale a mulher de acordo com o padrão.



Figura 1 – Foto do perfil da página do coletivo MIGA no Facebook

Nesse encontro, elas também falaram sobre o início do MIGA:

em 2012 já existia o coletivo 'jardim de sementes', em 2013 foi criado o MIGA, ninguém do atual grupo, estava nessa criação. Tem alguns momentos mais baixos e outros mais altos. O momento mais forte foi quando a menina do Rio (de Janeiro) foi estuprada. A gente conversou muito sobre cultura do estupro, foi aí que a gente decidiu que precisava atuar de forma mais forte e como um coletivo

---

<sup>6</sup> A expressão em inglês *boy* é bastante utilizada pelas/os jovens natalenses, e é empregada para designar ambos os gêneros, masculino e feminino, havendo também algumas variações, como *boyzinha*, junção da palavra em inglês *boy*, no masculino, com o sufixo *inha*, no feminino.

Pontuando também que existem três pautas locais que são tomadas como centrais para o coletivo: o primeiro é a liberação do uso da calça legging<sup>7</sup>, porque no IFRN campus central não é permitido que as alunas vistam essa calça, foi perguntado qual a justificativa da instituição para tal medida elas responderam que “eles dizem que é porque marca o corpo das meninas e chama atenção dos meninos”, “vamos prevenir para que elas não sejam estupradas” ou então “no mercado de trabalho vocês não poderão usar legging”. Essa reivindicação do MIGA articula-se com as discussões sobre autonomia corporal feminina, discutidas de forma ampliada pelos movimentos feministas, mas nessa situação, ela é reconfigurada para uma relação local e dentro da realidade do contexto prático das alunas. Outra aluna falou sobre um “leggaço” que fizeram, em que todas as alunas da sua sala de aula vieram de legging para o IF no dia de prova, como uma forma de protesto. A coordenação não permitiu que elas “subissem” para a sala de aula e tiveram que realizar a prova em outra sala, complementando sua fala com a seguinte frase: “por que eles não colocam câmeras nos corredores? Por que não iluminam os lugares?”, refletindo sobre a segurança das alunas e não colocando a “culpa” de um possível assédio ou violência sexual na calça legging.

A segunda reivindicação local, caracterizada pelo coletivo MIGA diante da instituição, é que na área médica do instituto não tem ginecologista para atender as alunas, e que muitas meninas têm problemas ginecológicos em decorrência do uso da calça jeans o dia inteiro. E a terceira pauta conduzida pelo MIGA é a luta pela não divulgação por parte do instituto de estágios no setor privado “apenas para homens”, como descrito por uma aluna “dá muita raiva, pô! Você vai ler as oportunidades de estágio no mural e tem lá escrito ‘estágio apenas para homens’, eu tenho vontade de rasgar”. Elas já procuraram a equipe pedagógica do IFRN para conversarem sobre o assunto e, segundo elas, eles justificaram dizendo que não é uma exigência do IFRN, mas sim da empresa que irá contratar o estagiário, porque existem alguns campos de trabalho que põem em risco a vida das mulheres. Elas me falaram que solicitaram que eles fizessem uma espécie de “triagem” e não divulgassem esse tipo de oportunidade de estágio, ou então pensassem em outra alternativa, mas a divulgação de estágios “apenas para homens” segue sendo feita.

As estudantes do MIGA também tiveram uma significativa participação nas ocupações escolares que aconteceram em todo o país no ano de 2016, acontecendo

---

<sup>7</sup> A calça legging é feita, geralmente, de um tecido de malha que fica aderido à superfície da pele. No IFRN de Parnamirim não há essa regra.

também no IFRN onde elas estudam<sup>8</sup>. Tais ocupações eram em resposta a PEC 241, que congela os gastos públicos na área da saúde e educação por cerca de 20 anos, e outras pautas entravam também no debate, como a Reforma do Ensino Médio e a Lei da Mordaza (Escola sem Partido). Durante a ocupação haviam várias(o)s estudantes envolvida(o)s nas atividades e tarefas, foi perguntado o que motivava a participação deles e delas naquela ocupação, uma das alunas respondeu “porque eu quero escutar, aprender o que está acontecendo. O único lugar é aqui que posso saber”, outro completou “para ter contato com outros estudantes de outros Estados e outros IF’s. A mídia distorce tudo, aqui temos a informação que nos interessa”. Muito embora o foco da ocupação seja uma manifestação política, não pode ser desconsiderado que aquele era um espaço de sociabilidade, onde outras relações interpessoais eram estabelecidas para além das discussões ou debates.

Visualmente, haviam muito mais alunas do que alunos na ocupação, foi perguntado para uma das alunas o porquê desse fenômeno e ela respondeu: “o movimento estudantil aqui do IF é muito feminista. Quando a gente vê um congresso desse que não nos representa, nossa situação fica ainda mais forte”. Sobre suas participações na ocupação, uma delas respondeu: “as pessoas não sabem como vão ser afetadas (pela PEC 241), uma pessoa sozinha não vai mudar nada, mas uma ocupação pacífica pode chamar a atenção das pessoas”.

Na ocupação além das discussões citadas, também eram debatidas questões relacionadas à gênero e sexualidades. Deslocando um pouco as descrições da ocupação no IF e indo para a ocupação na UFRN, nos dois ambientes foram percebidas a busca pelo protagonismo feminino nesses espaços, como relatado por uma das interlocutoras da pesquisa, Yara, aluna da UFRN, participante da ocupação e integrante do DCE<sup>9</sup> “os meninos estão à frente do DCE, eles falam mais alto nas plenárias, têm mais tempo na militância, a gente precisa disputar esse espaço”, reforçando que existe uma conjuntura dentro da política nacional que proporciona essa conquista e a luta por ocupar

---

<sup>8</sup> Nos meses de outubro e novembro de 2016, escolas, institutos e universidades federais em diferentes cidades do Brasil foram ocupadas pelos estudantes em contrapartida a Proposta de Ementa Constituinte 241, que congela os gastos públicos na área da saúde e educação por cerca de 20 anos. Outras reivindicações e discussões também estavam circulando pelas ocupações, como o impeachment do então Presidente do Brasil Michel Temer, Fora Temer, e questões relacionadas ao cotidiano local dos contextos educacionais específicos. Na cidade de Natal, foram 6 escolas ocupadas, sendo elas: Escola Estadual Ana Júlia, E.E. Anísio Teixeira, E.E. Berilo Wanderley, E.E. Castro Alves, E.E. Floriano Cavalcanti (Flocá), E.E. Augusto Severo; juntamente com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A ocupação ganhou maior notoriedade social quando o ENEM foi realizado em outra data nas escolas ocupadas.

<sup>9</sup> Diretório Central dos Estudantes, é a instância representativa dos/das discentes nas universidades.

determinados espaços, “existe agora um contexto atual favorável para essa disputa. Quando Dilma<sup>10</sup> caiu, as mulheres viram que foi um golpe machista”, fazendo então uma relação entre a situação local da ocupação com um caso nacional, que foi o processo de impeachment da presidenta Dilma, trazendo para o debate o papel da mulher na política, seja ela reivindicatória ou eleitoral.

Outra problematização de gênero levantada na ocupação foi em relação à divisão de tarefas, segundo Yara, “só as mulheres negras e as bichas estavam indo pra cozinha”, esse ponto foi levado para a discussão, havendo uma divisão mais igualitária entre os gêneros. Outra deliberação encaminhada nas plenárias foi que as mulheres quem iriam dar entrevistas aos meios de comunicação, proporcionando voz às mulheres e visibilidade ao protagonismo feminino na ocupação. Além disso, Yara disse que essa ocupação também foi um marco, porque as mulheres ficaram na Comissão de Segurança, isso ela nunca tinha visto em outra ocupação e, segundo ela, “foi muito bom porque esse é um espaço masculino, e as mulheres mostraram que podem sim fazer a segurança, elas tinham que ficar acordadas e lidar com situação de perigo, isso já é romper, e eu me sentia muito segura”. De acordo com os relatos da aluna, houve um embaralhamento e redistribuição das atividades que socialmente são destinadas a homens e mulheres, é como se nesse espaço, entendido como democrático, percepções e atitudes *ideais* estivessem sendo construídas em relação às questões de gênero, ancoradas por noções divulgadas tanto no meio acadêmico quanto em outros ambientes sociais.

Segundo Yara, as questões feministas foram além de outros valores políticos, as mulheres se uniram, mesmo sendo de correntes políticas divergentes, “a gente rompeu como mulheres, as mulheres que eram do PT, PSOL, anarquistas ou independentes<sup>11</sup> se juntaram”. Porém, para ela, os homens não estavam muito preocupados com a união entre as mulheres e suas conquistas pelo protagonismo, porque “no final das contas, eles sabem que a última canetada é deles, eles até aceitam nosso lugar, mas não querem entender as diferenças, por exemplo, da mulher que é mãe”, ou seja, os homens aceitam que elas estejam participando da ocupação, mas não gostam muito quando precisam dividir as atividades com elas, isso de acordo com a fala de Yara. Esses comentários suscitam algumas reflexões, como o questionamento sobre o lugar conquistado pelas mulheres, sendo uma conquista pelo espaço, mas não acompanhado pela diminuição das

---

<sup>10</sup> Presidenta do Brasil entre os anos de 2011 a 2016.

<sup>11</sup> Partido dos trabalhadores – PT, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, os independentes são pessoas que não são ligadas a nenhuma corrente ou partido político.

desigualdades e diferenças. As mulheres conquistaram seus lugares na participação política da ocupação, mas as divisões, que geram desigualdades, ainda continuavam sendo estranhadas pelos homens.

Ela continua sua fala relatando: “eles se aproveitam desse lugar pra posar de *feministão*, pra falar ‘tem uma feminista na minha ocupação’”, o discurso do empoderamento feminino ainda pode ser apropriado pelos homens como um posicionamento positivo, que confere *status* dentro de setores alternativos e “de esquerda”, muito embora na prática haja descontentamentos e atuação destoantes dos discursos. Em meados das décadas de 40 e 50, Zuleika Alambert já vivia algo muito semelhante na sua trajetória como militante do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>12</sup>, ela foi a primeira mulher no Brasil a se torna membro do Comitê Central, e afirma que “eu era o álibi. Usada para dizer ‘tem uma mulher lá’ e tal” (Rachel Soihet, 2013: 172), continuando:

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafês, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho, eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabiam tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante (ABREU, 2008: 2 *apud* SOIHET, 2013: 173)

Assim, percebe-se que as relações desiguais de gênero vão se ramificando em setores que possuem discursos e narrativas que buscam desconstruir desigualdades, provocando uma ambiguidade, como descreve Rachel Soihet (2013: 173) fazendo referência a trajetória de Zuleika Alambert:

Na verdade, os comunistas mantiveram com as mulheres uma relação ambígua. Por um lado, acentuavam a necessidade de fazê-las participar de forma mais incisiva das atividades partidárias, a fim de evitar que se aliassem às forças atrasadas e que assumissem concepções burguesas. Por outro lado, o movimento comunista oficial reservava às mulheres um papel subalterno, excluídas das funções politicamente mais relevantes, de maior poder decisório como fica claro na colocação da própria Zuleika. Dessa forma, tornam-se explícitas as relações assimétricas de poder, também nele existentes.

---

<sup>12</sup> No artigo de Rachel Soihet (2013), é apresentada a trajetória de Zuleika Alambert e como a mesma, militante do Partido Comunista, em contato com as discussões feministas da década de 70, vai passando a questionar o lugar das mulheres dentro do partido e nos contextos de militância. Além de situações no aspecto afetivo e de falta de autonomia das mulheres: (atentando para) “uma série de experiências que denotam situações de dependência feminina, acentuando a sua problemática familiar, para a qual, entre outros, cita o autoritarismo de seu pai e o sofrimento de sua mãe; o sentimento de propriedade com relação ao outro; a busca de identificação pelas mulheres aos gostos masculinos, quanto a filmes, músicas etc. e o relacionamento afetivo como razão fundamental da existência” (SOIHET, 2013: 182).

“Tiramos um dia para ser o ‘dia da mulher’, aí os homens quem cozinhavam, limpavam, teve uma pauta sobre política para as mulheres, teve uma oficina de siririca<sup>13</sup> (risos). Quando as mulheres organizam alguma coisa, é diferente, é divertido”, fala de Yara sobre a ocupação. Mais uma vez, podemos notar que o protagonismo feminino se dá diante de inúmeras questões, que nem sempre acompanham as reivindicações feministas. Isso porque se de fato existisse um contexto de igualdade entre homens e mulheres na ocupação, não precisaria ter o “dia da mulher”, veja-se que, pelo relato dela, é como se nos outros dias as mulheres quem estivessem cozinhando e limpando, e apenas nesse dia os homens quem desempenharam essas atividades. Sabe-se que o “dia da mulher” é um dia de luta, em que se pode pautar demandas e argumentos para que seja pactuado a construção de uma sociedade menos hierarquizada em relação às questões de gênero. Se esse dia foi criado na ocupação, é porque ainda haviam vários aspectos a serem acionados, como por exemplo, durante a ocupação, um rapaz assediou uma menina e foi expulso. Assim percebemos que mesmo a busca pelo protagonismo feminino nesse espaço, que se propõe a ser democrático e igualitário, ainda existem as contradições, e os casos e acontecimentos não são tão diferentes de outros lugares sociais, como no exemplo do assédio.

### **Considerações finais**

As experiências observadas durante a pesquisa de campo demonstram como as estudantes dentro dos seus contextos educacionais estão buscando se organizar por meio dos coletivos e grupos de mulheres, tendo como objetivo tanto fortalecerem-se dentro da ideia de autocuidado individual e grupal, quanto construírem pautas coletivas que avancem na desconstrução das desigualdades de gênero presentes nos diversos campos educacionais, seja nas estruturas institucionais, seja nas relações sociais. É importante sinalizar que as redes virtuais são importantes canais comunicativos dentro do universo da pesquisa, como também a interlocução das estudantes com outros movimentos sociais que se organizam fora dos muros educacionais, como os movimentos organizados feministas, destacando no contexto da cidade de Natal, o coletivo Leila Diniz e a Marcha

---

<sup>13</sup> Masturbação feminina.

Mundial das Mulheres. Alguns acontecimentos ou temas sociais passam a funcionar como *disparadores* que provocam reações, reuniões, intervenções ou mesmo as ocupações escolares, como descrito. Essas atividades constroem novos diálogos, reflexões, trocas e possíveis deslocamentos e desdobramentos nas questões que envolvem gênero, e outros marcadores sociais, como sexualidade, raça, geração e hierarquias de poder.

O coletivo MIGA, o exemplo da ocupação na UFRN, e suas integrantes são uma amostra de como a “primavera feminista”, como foi nomeado por algumas interlocutoras durante o campo, ou o *feminismo difuso* que caracteriza o momento social que estamos vivendo, se ramifica até os contextos educacionais, trazendo novas indagações sobre as questões de gênero e singulares formas de organizações feministas para esse contexto, que reelaboram e ressignificam os ambientes educacionais e suas práticas. As ativistas descritas nesse artigo estão “florescendo” nos seus espaços sociais e plantando possibilidades feministas que poderão germinar e, quem sabe, minimizar as desigualdades de gênero. No momento que estamos vivendo de ataques aos direitos humanos e das mulheres, entrar em contato com essas estudantes nos empodera ainda mais para lutarmos pela garantia dos nossos direitos sociais e nos organizarmos diante dos diversos impactos que teremos que enfrentar.

### **Referências bibliográficas**

AMAYA, José Fernando S. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, nº 27, 2017.

EVANS, Claire L. “Nós somos a buceta do futuro”: ciberfeminismo nos anos 90. In: MAYER, Cláudia (org.). *Ciberfeminismo: tecnologia e empoderamento*. União da Vitória: Monstro dos Mares, 2017.

FERREIRA, Carolina. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. In: Dossiê: Percursos digitais: corpos, desejos e visibilidades. *Cadernos Pagu*, nº 44, 2015.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cadernos Pagu*, nº 42, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 16 (2), p. 71-99, 1995.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*, v.40, 2013.